

O DEBATE ESTRATÉGICO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NORTE-AMERICANAS

Tiago Moreira de Sá

Em janeiro de 2012, Robert Kagan publicou um artigo na revista *The New Republic* contestando três premissas que se generalizaram no debate sobre relações internacionais na atualidade: primeira, a da transição no sistema internacional da unipolaridade para a multipolaridade; segunda, a do declínio de poder dos Estados Unidos; terceira, a da necessidade de Washington levar a cabo um retraimento estratégico. Ainda no mesmo mês, Christopher Layne respondeu na revista *The National Interest*, defendendo que estamos a assistir ao fim da *pax americana* e à consequente necessidade de o país substituir a sua grande estratégia de *global dominance* (ou *global hegemony*) pelo *offshore balancing*¹.

Estes textos assinalaram o início do debate estratégico das eleições presidenciais norte-americanas e definiram em larga medida o seu escopo, seguindo-se um conjunto de livros, artigos e mesmo de intervenções políticas na linha de uma destas duas perspetivas.

O artigo que se segue trata do debate em apreço. Para tal, ele está dividido em três partes distintas. A primeira analisa a controvérsia em torno da transição de poder no sistema internacional na atualidade, com a possível passagem da unipolaridade à multipolaridade. A segunda aborda a questão da grande estratégia dos Estados Unidos. A terceira explica as agendas externas de Barack Obama e Mitt Romney.

A TRANSIÇÃO DE PODER NO SISTEMA INTERNACIONAL

Para se compreender o debate estratégico no âmbito das eleições presidenciais norte-americanas deste ano temos

RESUMO

O debate estratégico das eleições presidenciais norte-americanas é dominado por duas escolas de pensamento diferentes acerca de qual deve ser a grande estratégia dos Estados Unidos na atualidade. A primeira, representada academicamente por Christopher Layne e defendida por Barack Obama, acredita que está em curso uma transição no sistema internacional da unipolaridade para a multipolaridade em resultado do declínio relativo dos Estados Unidos e da «ascensão do resto» e que o país deve adotar uma grande estratégia de *offshore balancing*. A segunda, liderada por autores como Robert Kagan e secundada por Mitt Romney, rejeita a premissa da existência de uma transição de poder e defende a continuação da grande estratégia de *global dominance* ou *global hegemony*.

Palavras-chave: Eleições norte-americanas, grande estratégia, *offshore balancing*, *global dominance*

ABSTRACT

THE STRATEGIC DEBATE BEHIND THE US PRESIDENTIAL ELECTIONS

The strategic debate behind the US presidential elections is ruled by →

two distinct schools of thought about what should be the Grand Strategy of the United States for today. The first one, academically represented by Christopher Layne and championed by Barack Obama, believes that a transition is in course, in the international system, from unipolarity to multipolarity, as a result of the United States' relative downfall and the "rise of the rest", and that the country should adopt a Grand Strategy of Offshore Balancing. The second one, headed by authors such as Robert Kagan and seconded by Mitt Romney, rejects the assumption of a shift in power and advocates the furtherance of the Grand Strategy of Global Dominance or Global Hegemony.

Keywords: US presidential elections, Grand Strategy, Offshore Balancing, Global Dominance

relativa – isto é, tem de ser entendida em comparação com os seus mais diretos competidores –, e tem sobretudo uma natureza económica, com destaque para os seguintes indicadores: a evolução do PIB, a percentagem na produção industrial mundial, o peso da dívida, o custo dos direitos sociais.

Em relação ao primeiro, praticamente todas as previsões mais credíveis apontam para que o PIB da China ultrapasse o dos Estados Unidos até ao final desta década, princípio da próxima, tornando-se Pequim a primeira economia do mundo. Quanto ao segundo, a produção industrial chinesa já superou a norte-americana, representando 18 a 19 por cento do total mundial. Já a dívida pública de Washington é atualmente superior a 14 milhões de milhões de dólares, ou seja, já atingiu quase 100 por cento do PIB, e não só continuará a aumentar, uma vez que o país tem um défice do orçamento federal de 1,6 milhões de milhões de dólares (mais de dez por cento do PIB), como a situação é muito pior quando se junta a dívida privada, acrescendo ainda que, como os americanos têm níveis muito baixos de poupança, os empréstimos foram contraídos no exterior, sobretudo na China que detém já cerca de 60 por cento dos seus títulos de dívida. Finalmente, assiste-se, hoje, no país a um crescimento anual descontrolado dos custos com os direitos sociais, sendo só a Segurança Social, a Medicare e a Medicaid responsáveis por mais de 40 por cento do orçamento federal, prevendo-se mesmo que esse valor aumente até 2050 para cerca de 20 por cento do PIB. Para agravar esta realidade estrutural, em setembro de 2008 começou nos Estados Unidos o pior *crash* financeiro desde 1929, tendo sido destruídos cerca de 50 milhões de milhões de ativos da economia mundial, nacionalizadas as maiores instituições de crédito hipotecário, aprovados os maiores

de começar por abordar a questão da transição de poder no sistema internacional, sendo que não existe um consenso académico acerca do assunto.

Uma escola de pensamento, que inclui autores como Fareed Zakaria, Christopher Layne e Michael Mandelbaum, entre outros, defende que estamos a assistir à transição da unipolaridade para a multipolaridade em resultado do declínio relativo dos Estados Unidos (e do Ocidente em geral) e da «ascensão do resto», com destaque para a China e a Índia, mas também a Rússia e o Brasil, existindo mesmo uma data simbólica para esta mudança, o dia 8 de agosto de 2008 (o «paradigma 8.8.8.»), data da inauguração dos Jogos Olímpicos de Pequim e da invasão da Geórgia pela Rússia².

Embora existam diferenças significativas entre os académicos inscritos nesta perspetiva relativamente às causas, ao grau e ao significado do declínio dos Estados Unidos, a tese dominante é a de que a perda de poder do país é

bailouts e pacotes de estímulo de sempre, isto para além de se ter assistido à maior bancarrota da história – o Lehman Brothers³.

Em relação à «ascensão do resto», a principal ideia a reter é a de que estamos a assistir à emergência da Ásia, com destaque para a China e a Índia, mas também a Rússia (que, importa recordar, é uma potência euroasiática), o que pode ser comprovado pela análise de quatro fatores clássicos de poder: economia, população, território e poder militar.

Já aqui referimos alguns indicadores fundamentais da ascensão económica da China, porém, importa sublinhar que tal fenómeno não é meramente conjuntural, tendo a sua economia crescido desde finais da década de 1970 a uma média de nove por cento ao ano, algo sem paralelo na história desde que há registos, sendo hoje já a segunda maior do mundo. Ao nível da população, Pequim ocupa o primeiro lugar, com 1,3 mil milhões de pessoas, o que quer dizer que para cada americano há quatro chineses. O país é ainda o quarto maior em termos de território, só superado pela Rússia, Canadá e Estados Unidos, beneficiando ainda do facto de o seu espaço ser rico em recursos naturais, incluindo petróleo (a China é um grande produtor de petróleo, com perto de três milhões de barris por dia). Finalmente, ocupa atualmente o segundo lugar no *ranking* mundial dos gastos militares, com cerca de 160 mil milhões em 2012, sendo que, embora o valor represente menos de quatro vezes e meia o atual orçamento militar dos Estados Unidos, as estimativas do Stockholm International Peace Research Institute apontam para que entre 2030 e 2040 os chineses tenham já ultrapassado os norte-americanos neste campo. Acresce que Pequim está em primeiro lugar no tamanho do exército, com 2,3 milhões de soldados (seguida pelos Estados Unidos, com 1,3 milhões), está presentemente a construir uma «marinha de águas azuis» e tem mais de duas centenas de armas nucleares.

Ainda que não podendo ser considerada ao mesmo nível da China, a Índia é igualmente uma potência asiática emergente. Desde 1997, data do início do processo de liberalização económica levada a cabo por Manmohan Singh, o país cresceu a uma média de sete por cento ao ano, prevendo mesmo a Goldman Sachs um crescimento superior a dois dígitos nos próximos anos. Em termos de população, tem não só a segunda maior do mundo, como se estima que atinja o primeiro lugar em 2025 dada a sua muito elevada taxa de natalidade, em contraste com a China que tem em vigor a chamada «política do filho único». O território é enorme, ocupando o sétimo lugar em termos mundiais, e é diversificado em recursos naturais, não obstante a sua grande dependência de petróleo (produz apenas 954 mil barris por dia e consome 3,1 milhões). Já ao nível militar, é o décimo Estado do mundo que mais gasta com defesa, com cerca de 30 mil milhões de dólares, tem o terceiro maior exército, com 1,3 milhões de efetivos, possui armas nucleares e tem feito recentemente um forte investimento no aumento das suas capacidades militares, por exemplo, preparando uma marinha com poder para atuar de forma dissuasora no oceano Índico e aumentando o número de mísseis balísticos.

A Rússia também está incluída nas potências em ascensão, ainda que tal não seja consensual entre a comunidade académica. Por exemplo, Michael Mandelbaum

considera-a uma potência em declínio, sublinhando que, em comparação com a antiga União Soviética, ela representa apenas 76 por cento do território, 50 por cento da população, 45 por cento da economia e 33 por cento do poder militar. Além disso, o país tem na atualidade um grave problema ao nível da demografia, estimando-se que em 2050 existam cerca de 100 milhões de russos, quando em 1990 eram 150 milhões. Todavia, a Rússia é a sexta maior economia mundial, tem tido uma taxa média de crescimento do PIB de cinco por cento ao ano na última década, ocupa ainda o nono lugar em termos de tamanho da população e tem o maior território do mundo. Mas, mais importante de tudo, ela é um gigante energético e militar, sendo o segundo maior produtor de petróleo e de gás natural, possuindo as maiores reservas provadas de gás, tendo as Forças Armadas com mais equipamento a seguir aos Estados Unidos, o quarto maior exército (com um milhão de soldados) e milhares de armas nucleares. Acresce que tem uma localização ímpar, fazendo parte das três regiões estrategicamente mais importantes do globo, ou seja, Europa, Ásia Oriental e Médio Oriente.

O único dos chamados BRIC que não é asiático é o Brasil, sendo, porém, também o mais pequeno de todos eles e o que suscita mais dúvidas sobre se deve ser considerado uma grande potência mundial. Todavia, é cada vez mais tratado como tal por países como os Estados Unidos e há bons motivos para isso. A sua economia tem verificado uma boa taxa de crescimento na última década, tendo-se tornado recentemente a sétima mundial, ultrapassando o Reino Unido. É um gigante em termos de população e de tamanho do território, estando em quinto lugar em ambos os fatores. Ocupa já o 13.º lugar mundial em gastos militares, embora as suas Forças Armadas sejam de reduzida dimensão e não tenha armas nucleares. Mas, em alguns aspetos, o Brasil ultrapassa os outros BRIC: é um gigante energético, sendo o 13.º maior produtor de petróleo e o 28.º de gás natural, além de possuir uma das maiores reservas provadas destes hidrocarbonetos e de ser muito menos dependente deles ao nível das exportações, quando, por exemplo, comparado com a Rússia, dada a sua grande diversidade de recursos naturais; é uma democracia, condição que só é partilhada pela Índia; é o único que não tem problemas de identidade nacional, movimentos secessionistas e conflitos étnico-religiosos; não tem rebeldes internos ou vizinhos hostis⁴.

Uma escola de pensamento completamente diferente é a de Robert Kagan, que contesta a tese do fim da unipolaridade e mesmo a do declínio de poder dos Estados Unidos, baseando-se para isso sobretudo no que chama de indicadores básicos para medir as mudanças no poder relativo de um Estado, tais como: o tamanho e a influência da sua economia relativamente a outras potências; a magnitude do poder militar quando comparada com o de potenciais adversários; o grau de influência política no sistema internacional⁵.

Antes, porém, o autor apresenta um argumento importante, como seja o de que conclusões baseadas apenas em evidências de poucos anos são muito questionáveis, uma vez que o declínio de uma grande potência é o resultado de mudanças fundamentais

na distribuição de poder no sistema internacional que se estendem por longos períodos de tempo, e isto mesmo no caso de alterações causadas por uma guerra, uma vez que estas são geralmente o culminar de um longo processo. A título de exemplo, é referido o caso do Império Britânico, cujo declínio durou várias décadas, tendo começado no último quartel do século XIX e durado até à II Guerra Mundial.

Para Kagan, o problema dos que defendem o declínio do poder dos Estados Unidos resulta, simultaneamente, de apenas se considerar o período de tempo que vai da crise financeira de 2008 à atualidade, ou seja, apenas quatro anos, e de os indicadores básicos para medir as mudanças de poder não só não confirmarem esta tese, como revelarem mesmo o contrário, isto é, que as bases fundamentais do poder norte-americano não se alteraram de forma fundamental desde o colapso do Lehman Brothers.

Segundo Kagan, é esta a conclusão a extrair quando analisamos os indicadores económicos, que se mantiveram estáveis ao longo das últimas quatro décadas. Os Estados Unidos são hoje a maior economia do mundo, com 25 por cento da riqueza global, uma percentagem igual à de 1969; o seu PIB *per capita* é de 48 mil dólares, ocupando o 11.º lugar a nível mundial; é o segundo maior exportador (1,5 milhões de milhões de dólares); é o terceiro maior produtor de petróleo (19,15 milhões de barris/dia) e o maior produtor de gás natural (683 mil milhões de metros cúbicos). Estes números são ainda mais significativos quando comparados com os das potências emergentes, como por exemplo a China, cuja economia, tal como já referimos, é a segunda mundial, embora seja cerca de quatro vezes inferior à da América; o seu PIB *per capita* é apenas ligeiramente superior a oito mil dólares, o que a coloca no 119.º lugar do mundo; já ao nível das exportações, a China ocupa o primeiro lugar, mas fica novamente bastante atrás no que se refere à produção de petróleo e gás natural.

Se em relação aos indicadores económicos pode existir alguma controvérsia, tendo em conta as previsões mais credíveis sobre a evolução nas próximas décadas, já no que diz respeito aos militares os dados são inequívocos. Robert Kagan não exagera muito quando refere que os Estados Unidos são ainda hoje o país mais poderoso que o mundo alguma vez conheceu, sendo que o exemplo histórico que mais se aproxima é o do Império Romano. A América é o único Estado com capacidade para projetar poder à escala global, possuindo o seu Exército e Força Aérea o equipamento mais avançado e sendo a sua Marinha predominante em todas as regiões significativas do globo.

Os Estados Unidos gastam mais em defesa do que todos os outros países do mundo combinados e, mesmo assim, representam apenas quatro por cento do seu PIB anual, o que significa que o conseguem sem impor grandes sacrifícios aos seus cidadãos, incluindo os dez anos em que travou duas guerras simultâneas – no Afeganistão e no Iraque.

ROBERT KAGAN NÃO EXAGERA MUITO QUANDO
REFERE QUE OS ESTADOS UNIDOS SÃO AINDA
HOJE O PAÍS MAIS PODEROSO QUE O MUNDO
ALGUMA VEZ CONHECEU, SENDO QUE O EXEMPLO
HISTÓRICO QUE MAIS SE APROXIMA
É O DO IMPÉRIO ROMANO.

É atualmente impensável uma intervenção militar numa qualquer região importante sem a participação de Washington, como os vários exemplos recentes demonstram: Bósnia, Kosovo e mesmo Líbia. Além disso, não só não existe nenhum Estado, ou conjunto de estados, capaz de desafiar a primazia norte-americana, como o país possui um alargado sistema de alianças político-militares, incluindo bases em vários países, o que não tem equivalente e lhe assegura uma presença em praticamente todas as regiões do globo. Finalmente, o país tem uma grande vantagem em termos do chamado *soft power* pois mantém-se válido o argumento de Joseph Nye de que ele «consegue o que quer no mundo» devido aos «valores expressos pela sua cultura», tal como refletidos através da televisão, cinema e música⁶.

Robert Kagan contesta ainda o que chama de «assunção quase universal da perda de influência internacional dos Estados Unidos». Todavia, esta é a parte mais fraca do seu argumento pois não só não analisa comparativamente a influência norte-americana nas várias regiões do mundo, com a exceção do Médio Oriente – onde não tem razão ao sugerir que não existe um recuo do país –, como se limita a dar exemplos do período da Guerra Fria para sustentar que Washington nunca foi capaz de obter tudo aquilo que quis. É certo que os Estados Unidos tiveram vários revezes no passado recente, como, por exemplo, a vitória comunista na China, a aquisição da bomba atómica pela URSS, a incapacidade de ganhar na Coreia, entre vários outros casos. Mas a questão principal aqui é que estamos hoje muito longe dos anos da euforia do fim da história, e do consenso de Washington, restando perceber se se trata de um problema conjuntural, decorrente da crise de legitimidade norte-americana devido à «doutrina Bush» e à intervenção militar no Iraque, ou se é um problema estrutural de crise do modelo liberal.

A conclusão lógica desta perspectiva é a recusa do retraimento estratégico dos Estados Unidos. Robert Kagan é muito claro ao defender que a América não deve reduzir o seu papel no mundo, pois tal tem como consequência o colapso da ordem internacional e os custos disso são incomparavelmente superiores ao que o país gasta hoje para manter a *pax americana*, que garante, por exemplo, a existência de um mundo dominado por democracias em vez de autocracias, a ordem económica internacional liberal, a segurança das rotas marítimas e a não ocorrência de guerras regionais entre grandes potências⁷.

A GRANDE ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS

A resposta dada à questão da transição de poder no sistema internacional é determinante para o debate acerca da grande estratégia dos Estados Unidos.

A grande estratégia consiste na visão geral dos objetivos de segurança de um Estado e na determinação dos meios mais adequados para atingi-los, o que depende da avaliação da distribuição de poder, da localização geográfica e das capacidades militares próprias e dos outros⁸.

Em função da combinação destes fatores, os estados optam por um determinado tipo de grande estratégia, havendo aqui várias propostas académicas, sendo uma das mais

recentes a de John Mearsheimer, que identificou quatro opções primordiais, como sejam, o *isolationism*, o *offshore balancing*, o *selective engagement* e a *global dominance* ou *global hegemony*⁹.

O *isolationism* foi a grande estratégia seguida pelos Estados Unidos durante as primeiras décadas da sua existência e manteve-se sempre como uma tendência importante até à II Guerra Mundial. Trata-se de uma abordagem assente em duas premissas fundamentais: primeira, a de que não existe nenhuma região fora do continente americano que seja suficientemente importante do ponto de vista estratégico para justificar uma intervenção militar de Washington; segunda, a de que a segurança do país está garantida pelo facto de ele estar separado de todas as grandes potências mundiais pelos oceanos Atlântico e Pacífico, juntando-se a partir de 1945 a segurança dada pela aquisição do poder nuclear.

A primeira afirmação desta grande estratégia, e a melhor fonte para compreender o seu significado, data de 1796. No discurso de despedida feito esse ano, o Presidente George Washington afirmou que era «pouco sensato» da parte do país «envolver-se por laços artificiais» nas «vicissitudes habituais» da política europeia, acrescentando ainda de forma esclarecedora: «A nossa localização isolada e distante convida-nos a seguir um rumo diferente e dá-nos essa possibilidade.»¹⁰

Mesmo após a ascensão dos Estados Unidos a grande potência, traduzida sobretudo na sua vitória na I Guerra Mundial, o *isolationism* manteve-se muito forte na sociedade norte-americana, tendo inclusive sido dominante durante as décadas de 1920 e 1930, altura em que os «isolacionistas» vetaram a integração do país na Sociedade das Nações, mantendo-o assim fora do principal mecanismo do sistema de Versalhes¹¹.

Ainda que tenha vindo a perder força desde a II Guerra Mundial, o *isolationism* tem ainda hoje muitos adeptos entre alguns setores da sociedade americana, como por exemplo os «libertários», liderados por Ron Paul, que não acreditam que os interesses do país sejam melhor servidos pela ordem internacional liberal e cosmopolita e, logo, opõem-se ao envolvimento no exterior para manter essa ordem, o que se traduziu, recentemente, na oposição às guerras do Afeganistão e do Iraque e mesmo à estratégia «Leading from behind» na Líbia¹².

O *offshore balancing* foi a grande estratégia dos Estados Unidos desde o fim do *isolationism* até ao termo da Guerra Fria. Esta abordagem baseia-se na convicção de que existem três regiões no mundo estrategicamente importantes para os norte-americanos, nomeadamente a Europa, o Nordeste Asiático e o Golfo Pérsico, defendendo consequentemente que o seu principal interesse consiste em garantir que nenhum país consegue dominar qualquer uma delas. Para tal, Washington deve privilegiar alianças com potências locais que sejam capazes de conter

AINDA QUE TENHA VINDO A PERDER FORÇA DESDE A II GUERRA MUNDIAL, O *ISOLATIONISM* TEM AINDA HOJE MUITOS ADEPTOS ENTRE ALGUNS SETORES DA SOCIEDADE AMERICANA, COMO POR EXEMPLO OS «LIBERTÁRIOS», LIDERADOS POR RON PAUL.

os aspirantes à hegemonia regional, ao mesmo tempo que mantém as suas forças militares *offshore*, mas a uma distância que permita o envio rápido de tropas para um país dessas regiões em caso de necessidade.

Todavia, esta tese não é consensual, com por exemplo Christopher Layne a defender que os Estados Unidos seguiram uma grande estratégia de *global dominance* ou *global hegemony* desde a sua entrada na II Guerra Mundial. E, de facto, Washington manteve tropas e bases militares na Europa e no Nordeste Asiático após 1945, o que invalida uma das premissas do *offshore balancing*¹³.

O *selective engagement* mantém a premissa de que a Europa, o Nordeste Asiático e o Golfo Pérsico são as únicas regiões que justificam o envolvimento militar dos Estados Unidos no exterior, dado serem estrategicamente vitais, mas é muito mais ambicioso do que o *offshore balancing*, defendendo a colocação permanente de tropas norte-americanas nessas áreas regionais, além de que ele não se limita a impedir as aspirações hegemónicas de um adversário nos locais em apreço, visando também impedir a guerra.

Ainda que uma vez mais não exista consenso sobre quando os Estados Unidos seguiram esta grande estratégia, podemos considerar que a Administração Bush pai adotou pelo menos parcialmente o *selective engagement*, sobretudo a partir da I Guerra do Golfo. Um exemplo disso é a sua estratégia para o Golfo Pérsico, com a intervenção militar contra o Iraque, a criação de zonas de interdição aérea neste país e, mais importante de tudo, de bases militares na Arábia Saudita e Koweit.

Finalmente, tal como sustentam Mearsheimer e Layne, os Estados Unidos seguiram uma grande estratégia de *global dominance*, ou *global hegemony*, desde a Administração Clinton, sendo que esta se caracteriza por não limitar os interesses estratégicos norte-americanos à Europa, Nordeste Asiático e Golfo Pérsico, abarcando todas as regiões do mundo. Ela configura assim uma orientação externa que não quer, nem necessita, de estabelecer prioridades, contemplando todos os locais e países do mundo para atingir dois grandes objetivos: garantir que os Estados Unidos continuam a ser a maior potência mundial e estender a democracia à escala global.

Importa sublinhar que existem diferenças importantes entre os defensores desta grande estratégia relativamente à melhor forma de conseguir a *global dominance* ou *hegemony*, sendo possível distinguir dois grandes grupos: os «imperialistas liberais» e os «imperialistas neoconservadores». Os primeiros, não excluem o uso do poder militar norte-americano para fazer operações humanitárias e mesmo de *regime change* ou *nation-building*, porém, confiam menos na capacidade de atingir os seus objetivos exclusivamente através do poder militar, valorizando os elementos civis, privilegiando a ação multilateral, defendendo que o país deve agir com os seus aliados e através de instituições internacionais e sustentando que o objetivo de «alargamento da democracia» deve ser prosseguido de forma progressiva e cooperativa. Já os «imperialistas neoconservadores» defendem o uso do poder militar para transformar a ordem internacional, através da ação unilateral sempre que necessário, desconfiando dos aliados permanentes e das instituições internacionais.

A Administração Clinton é um exemplo da escola «imperialista liberal». A 27 de setembro de 1993, Clinton defendeu no seu discurso nas Nações Unidas que a prioridade do país devia ser «a expansão e o fortalecimento da comunidade mundial das democracias de mercado», afirmando assim aquela que ficou conhecida por «estratégia do alargamento», isto é, de extensão do modelo democrático-liberal à escala global¹⁴. E se é um facto que durante este período o Governo norte-americano não utilizou a guerra como forma para «alargar a democracia», não deixou contudo de levar a cabo um conjunto alargado de intervenções militares no exterior e a um ritmo quase anual, nomeadamente na Somália (1993), no Haiti (1994), na Bósnia (1995), no Iraque (1998) e no Kosovo (1999)¹⁵.

Já a Administração George W. Bush é um bom exemplo da escola «imperialista neo-conservadora», traduzida na chamada «doutrina Bush» de 2002, que introduziu na política externa dos Estados Unidos um conjunto de conceitos que, embora não fossem novos, tinham estado praticamente ausentes da prática norte-americana desde 1945, tais como, o unilateralismo, a guerra preventiva, as coligações variáveis, o *regime change*, com o objetivo último de democratizar o mundo muçulmano e árabe através do uso da força militar do país, como o demonstra a Guerra do Iraque¹⁶.

A ADMINISTRAÇÃO GEORGE W. BUSH É UM BOM EXEMPLO DA ESCOLA «IMPERIALISTA NEOCONSERVADORA», TRADUZIDA NA CHAMADA «DOCTRINA BUSH» DE 2002, QUE INTRODUZIU NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS UM CONJUNTO DE CONCEITOS QUE TINHAM ESTADO PRATICAMENTE AUSENTES DA PRÁTICA NORTE-AMERICANA DESDE 1945.

A AGENDA DE BARACK OBAMA E MITT ROMNEY

E em qual destas grandes estratégias se inserem Barack Obama e Mitt Romney?

Em relação ao primeiro, não existe ainda propriamente uma agenda de política externa no âmbito da campanha para as eleições de novembro de 2012, estando Obama sobretudo a aproveitar o exercício do cargo presidencial para apresentar as suas ideias neste campo. Mas, por esta última razão, existem alguns documentos do Governo norte-americano que são fundamentais para compreender a grande estratégia de Obama, muito em particular o artigo publicado por Hillary Clinton na revista *Foreign Policy* e o *Defense Strategic Guidance*.

O artigo de Clinton, sugestivamente intitulado «The America's pacific century», opera uma mudança fundamental na política externa dos Estados Unidos, com a deslocação da sua prioridade do mundo euro-atlântico para a Ásia-Pacífico. Trata-se de uma rutura com os últimos setenta anos, nomeadamente com a orientação definida por Franklin Delano Roosevelt em 1941, que estabeleceu o princípio «a Europa primeiro», considerando este continente como a primeira linha de defesa e de segurança da América. Isso está a acabar nos dias de hoje, sendo agora a prioridade a região Ásia-Pacífico¹⁷.

Esta «viragem estratégica» é uma consequência da convicção da Administração Obama de que estamos atualmente a assistir à transferência da riqueza e do poder do Ocidente

para o Oriente. Ato contínuo, o texto da secretária de Estado afirma que a próxima década será marcada por «um aumento substancial do investimento norte-americano – diplomático, económico, estratégico e outro – na Ásia-Pacífico», através do que chama de «forward-deployed diplomacy», que consiste em seis eixos de ação: o reforço das alianças bilaterais tradicionais; o aprofundamento das relações com as potências emergentes; um maior compromisso com as instituições regionais multilaterais; a expansão do comércio e dos investimentos; a construção de uma ampla presença militar; a promoção da democracia e dos direitos humanos. Clinton fala mesmo no objetivo final de construir na Ásia-Pacífico algo semelhante à Aliança Atlântica, ainda que não se perceba como isso será possível quando os estados envolvidos não partilham os mesmos valores e têm visões das relações internacionais muito diferentes, como, por exemplo, os Estados Unidos e a China.

No primeiro caso, trata-se do fortalecimento das alianças com o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália, as Filipinas e a Tailândia. O Japão é considerado a pedra angular da estabilidade na região, quer por ser o país militarmente mais poderoso de todos, quer por se situar na área vital do Nordeste Asiático, quer ainda por ser essencial para a questão do controlo do mar da China, motivos que levaram a Administração Obama a não só manter a presença militar norte-americana no país, ainda que com um maior contributo financeiro japonês, como a decidir um aumento das atividades conjuntas de recolha de informações, vigilância e reconhecimento destinadas à dissuasão, ou reação rápida, de ameaças de segurança na região. O reforço da aliança com a Coreia do Sul é outra das prioridades, o que, uma vez mais, tem a ver com os equilíbrios no Nordeste Asiático e com a ascensão da China e isto quer na dimensão militar, por exemplo com o aumento do fornecimento de armas a Seul, quer económica, tendo recentemente sido assinado um acordo de comércio livre entre a América e a Coreia. Mas a aliança cuja importância mais tem crescido nos últimos tempos é com a Austrália, o que resulta da nova conceção de Washington da região Ásia-Pacífico – que se prolonga agora até ao oceano Índico –, e se traduz no envio de cerca de duas centenas e meia de *marines* para o Norte da Austrália. Importa ainda destacar o caso das Filipinas e o aumento da presença naval norte-americana no país, para além do papel desempenhado pelas forças armadas dos

Estados Unidos nos treinos das unidades especiais de contraterrorismo filipinas no âmbito da chamada Joint Special Operations Task Force.

No caso do aprofundamento das relações com as potências emergentes destaca-se o caso da China, ainda que a Índia tenha cada

vez maior importância. A política de Barack Obama em relação a Pequim consiste numa combinação de contenção e acomodação, traduzida, por um lado, na edificação de uma arquitetura de contrapeso à China na Ásia-Pacífico, em geral, e no Nordeste Asiático,

NO CASO DO APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES COM AS POTÊNCIAS EMERGENTES DESTACA-SE O CASO DA CHINA. A POLÍTICA DE BARACK OBAMA EM RELAÇÃO A PEQUIM CONSISTE NUMA COMBINAÇÃO DE CONTENÇÃO E ACOMODAÇÃO.

em particular, e, por outro lado, no esforço para levar os chineses a assumirem uma maior responsabilidade na manutenção da ordem internacional atual. Deste modo, ao mesmo tempo que os Estados Unidos criam, ou reforçam, alianças equilibradoras ao poder chinês e aumentam a sua presença militar na região, contribuem para reforçar o peso da China em instituições como o G20, criam informalmente o G2 e lançam o chamado «Diálogo Estratégico e Económico», uma plataforma de diálogo contínuo entre os governos de Washington e Pequim que abarca uma alargada gama de assuntos, desde a segurança à economia, passando pela energia e o ambiente. Todavia, a percepção dos chineses de que a nova política asiática dos Estados Unidos se destina quase exclusivamente à sua contenção e a desconfiança norte-americana em relação ao significativo incremento dos gastos militares por parte da China têm levado a uma lenta subida da tensão entre estes dois países. Já a Índia é a «nova aposta estratégica» da Administração Obama, integrando duas novas parcerias trilaterais estratégicas essenciais: Estados Unidos-Índia-Austrália e Estados Unidos-Índia-Japão. A primeira compreendeu já um desenvolvimento muito significativo, como seja a decisão australiana de vender urânio natural a Nova Deli. A segunda abrangeu os acordos entre o Japão e a Índia para a realização do seu primeiro exercício naval e aéreo conjunto em 2012, para a organização de um «Diálogo de Políticas para a Defesa Japão-Índia», a decorrer no final de 2012 em Tóquio, bem como um intercâmbio ao mais alto nível entre as forças armadas dos dois países.

Quanto à construção de uma ampla presença militar na Ásia-Pacífico, já referimos o envio de *marines* para o Norte da Austrália e o aumento da presença naval nas Filipinas, tendo de se acrescentar a estes exemplos o envio dos chamados *littoral combat ships* para Singapura e o recomeço do treino conjunto das unidades de forças especiais dos exércitos americano e indonésio. A isto acresce a decisão de manter as mais de 50 mil tropas no Japão e na Coreia do Sul.

Finalmente, para referir apenas os pilares mais importantes da nova política dos Estados Unidos para a Ásia-Pacífico, o maior compromisso com as instituições regionais multilaterais passa sobretudo pelo reforço das relações com a ASEAN – uma organização que exclui a China, ainda que tenha um acordo de comércio livre com ela –, tendo Washington assinado recentemente um tratado de amizade e cooperação com a ASEAN e inaugurado uma nova missão junto dela. Mas incluiu também o aprofundamento das relações com a APEC, a participação pela primeira vez na Cimeira da Ásia do Leste no Havai e, mais importante de tudo, o projeto de criação de uma nova «Parceria Trans-Pacífico», isto é, uma comunidade única de comércio no Pacífico.

Não deixa de ser sintomático que este artigo da secretária de Estado, estruturante da nova orientação externa dos Estados Unidos, esqueça praticamente por completo a Europa¹⁸. Ao longo dos últimos quatro anos, os textos publicados, os discursos públicos, as visitas de Estado, entre outros indicadores, deixaram claro que para Barack Obama a Europa já não é a prioridade. Todavia, isto não quer dizer que ela tenha deixado

de ser importante, havendo sobretudo três questões que tornam o continente europeu relevante, a saber: a Rússia, a economia e a NATO.

As relações com a Rússia são muito importantes para o Presidente norte-americano, desde logo por causa do problema da proliferação nuclear, uma prioridade para a atual Administração, mas também pelo papel que Moscovo pode assumir na manutenção da ordem internacional como grande potência que não deixou de ser e que está em ascensão. Foram estes motivos que levaram Obama a adotar a chamada *reset policy*, pretendendo com ela remover a tensão gerada pela expansão da NATO aos países do antigo bloco soviético e pelo projeto de George W. Bush de construir um escudo de defesa antimís-sil na Polónia e República Checa. E, apesar da relação Washington-Moscovo não estar hoje isenta de problemas, ficando longe dos objetivos iniciais da Casa Branca, ela conheceu alguns sucessos relevantes, com destaque para a assinatura em 2010 do Tratado New Start, um acordo que, como veremos, estabelece uma redução significativa do arsenal nuclear dos dois países¹⁹.

A questão económica está intimamente ligada à integração europeia, um projeto desde sempre defendido por Barack Obama, mas que se tornou ainda mais importante por causa da crise da dívida soberana, que ameaça provocar uma recessão nos Estados Unidos, bem como no mundo em geral. Vale a pena recordar que as economias dos dois lados do Atlântico são hoje mais interdependentes do que em qualquer altura no passado e que norte-americanos e europeus são os maiores parceiros comerciais um do outro, representando cerca de metade do comércio internacional.

Em relação à NATO, apesar do mal-estar em Washington devido às reticências dos países europeus em contribuir mais para a defesa coletiva e das consequências da *débâcle* no Afeganistão, Obama tem sustentado o reforço da organização, o que se justifica uma vez que se trata da única instituição capaz de resolver crises e conflitos, mantendo a ordem internacional, de uma forma multilateral, aspeto ainda mais relevante num momento em que os Estados Unidos estão a retrair-se estrategicamente e outras potências estão a emergir²⁰.

Finalmente, importa sublinhar que o texto de Clinton começa por referir o fim da Guerra do Iraque e o início da retirada do Afeganistão, acrescentando que os Estados Unidos vão deslocar os imensos recursos investidos nesta parte do mundo para a Ásia-Pacífico, o que significa um retraimento no Médio Oriente²¹. Além disso, apesar de há quatro anos ter definido o conflito israelo-palestiniano como o cerne dos problemas da região e de ter nomeado um enviado especial para tratar do assunto (George Mitchell), a Administração Obama não foi capaz de obter qualquer resultado no processo de paz, tendo mesmo visto a sua capacidade de influência junto de Israel reduzir-se para o nível mais baixo das últimas décadas, uma consequência da sua exigência do congelamento completo da construção de colonatos e da defesa da existência de um Estado palestiano. Também as relações com o Paquistão estão a atravessar uma crise séria, com Washington a reduzir de modo considerável o montante de ajuda económica destinado

a este país, o que é tanto mais significativo se tivermos em conta que o Presidente definiu a estratégia AfPak como uma das suas prioridades e durante cerca de três anos investiu mais recursos nestes dois países do que qualquer um dos seus antecessores. Por último, a forma cautelosa como Barack Obama tem gerido o problema nuclear do Irão, resistindo às pressões para um ataque preventivo a Teerão, mostrando abertura para negociar com os líderes iranianos uma solução de compromisso e aceitando mesmo que o país tenha capacidade nuclear para fins civis está muito distante da abordagem do «eixo do mal» de George W. Bush²².

Além do artigo publicado por Hillary Clinton, o outro documento fundamental para compreender a grande estratégia de Obama é o *Defense Strategic Guidance*, divulgado em janeiro de 2012. Ele reafirma a deslocação da prioridade norte-americana do mundo euro-atlântico para a região Ásia-Pacífico e estabelece um significativo retraimento estratégico dos Estados Unidos para as próximas décadas. Do conjunto das medidas previstas neste documento podem destacar-se as seguintes: a redução do orçamento da Defesa em 480 milhar de milhões de dólares nos próximos dez anos (já decidida no acordo entre a Casa Branca e o Congresso de redução do défice), estando mesmo em negociação uma nova redução superior a 500 milhar de milhões, sendo que, de resto, Barack Obama definiu como meta um gasto neste campo ligeiramente superior ao dos dez países seguintes quando hoje, como vimos, os Estados Unidos representam 52 por cento dos gastos totais mundiais com defesa, ou seja, gastam mais do que todos os restantes estados do mundo combinados; a redução de 520 mil efetivos ao nível do Exército, um número expressivo se se tiver em conta o contingente atual de 1,3 milhões de soldados; a retirada de 80 mil tropas estacionadas na Europa; um corte no arsenal nuclear do país, prevendo o novo acordo START com a Rússia (ratificado pelo Senado em dezembro de 2010) um máximo de 1550 ogivas nucleares; o fim de vários programas militares em curso e o abandono de outros previstos mas ainda não começados. Para além disso, e de modo particularmente relevante, o *Defense Strategic Guidance* substitui a anterior conceção de umas Forças Armadas preparadas para travar duas guerras simultâneas por uma nova que prevê «uma guerra em larga escala» e «a capacidade de impor custos inaceitáveis a um agressor oportunista numa segunda região»²³.

Referindo-se muito em especial a este último documento, Christopher Layne escreveu que ele assinala o início de «um retraimento estratégico dramático» que vai levar os Estados Unidos a adotarem uma nova grande estratégia de *offshore balancing*, traduzida na necessidade de definir prioridades estratégicas, na redução significativa do tamanho das Forças Armadas e da presença militar no exterior e no *burden shifting*, isto é, levar os outros estados a fazer mais pela sua segurança para que a América possa fazer menos. Indo mais longe, esta versão de *offshore balancing* reduz as regiões estrategicamente vitais para Washington à Ásia do Leste e ao Golfo Pérsico e mesmo aí deve apostar no seu poder naval e aéreo, reduzindo ou retirando simplesmente as suas tropas nas demais zonas do mundo, incluindo a Europa e o resto do Médio Oriente²⁴. Tudo

indica que Layne tenha razão, porém, tendo em conta o elevado grau de incerteza da política internacional atual, o mais provável é que Barack Obama não tenha ainda definido uma grande estratégia definitiva, deixando em aberto o seu leque de opções²⁵.

No caso de Mitt Romney, existe uma agenda de política externa, apresentada em vários discursos e documentos e sintetizada num texto publicado em outubro de 2011, com o título igualmente sugestivo de *An American Century*²⁶.

NA LINHA DA PERSPETIVA DEFENDIDA
POR ROBERT KAGAN, QUE RECUSA A IDEIA
DO DECLÍNIO DOS ESTADOS UNIDOS, ROMNEY
SUSTENTA A IDEIA DE QUE A AMÉRICA VAI
CONTINUAR A TER UMA CAPACIDADE MILITAR
SEM PARALELO NO MUNDO.

Na linha da perspetiva defendida por Robert Kagan, que recusa a ideia do declínio dos Estados Unidos, Romney sustenta a ideia de que a América vai continuar a ter uma capacidade militar sem paralelo no mundo, o seu poder económico é ainda enorme, os seus valores são universais e justos, o seu sistema político é legítimo e resistente, a sua cultura perma-

nece empreendedora e aberta ao risco, a sua demografia é a que apresenta melhores taxas de crescimento de todo o mundo desenvolvido e não existem problemas sociais significativos.

Partindo deste pressuposto, o candidato republicano conclui que o país não deve retrair-se estrategicamente, defendendo mesmo o reforço do investimento nas Forças Armadas. Além de criticar os cortes no orçamento da Defesa aprovados pela Administração Obama, Mitt Romney compromete-se a aumentar as capacidades da Marinha norte-americana, sublinhando que ela tem hoje apenas 284 navios – o nível mais baixo desde 1916 – quando devia ter pelo menos 328 para permitir a sua presença em todas as partes do globo, ao mesmo tempo que promete modernizar a Força Aérea e o Exército. Mas a grande aposta de Romney é a construção de um «robusto sistema nacional de defesa antimíssil balístico» capaz de dissuadir ou defender o país e os aliados de ataques nucleares, sendo aqui de sublinhar a referência à dimensão nacional do sistema, em contraste com a alternativa ao projeto via NATO.

O motivo para a defesa do reforço do poder militar norte-americano radica na visão do republicano acerca do papel dos Estados Unidos no mundo, que deve passar pela reafirmação da sua liderança à escala global e pela recuperação da capacidade para «atuar como uma superpotência» de modo a não só manter, como mesmo «expandir», a ordem internacional liberal. Este último aspeto é muito importante pois o candidato defende o alargamento universal do modelo democrático liberal e identifica mesmo os alvos principais, como sejam, a China e a Rússia, cuja «transformação em atores políticos democráticos e decentes deve ser um desafio prioritário para qualquer líder americano». Mitt Romney recupera mesmo alguns dos conceitos da «doutrina Bush», ainda que numa versão mitigada, como por exemplo uma variante da guerra preventiva a que chama de «uso preventivo do *hard* e *soft power*», o «eixo do mal» Irão e Coreia do Norte, agora apenas com a

designação de «estados párias» (curiosamente não refere a Síria), o unilateralismo sempre que necessário, ainda que afirmando a preferência pelo exercício da liderança de um modo multilateral, e a desconfiança relativamente às organizações internacionais, como as Nações Unidas, que «se tornaram fóruns para acessos de raiva de tiranos e de propaganda do preconceito mais antigo do mundo: o antissemitismo».

Quanto a assuntos, regiões ou países específicos, o republicano destaca a ascensão da China, a reemergência da Rússia, o Médio Oriente – muito em especial o conflito israelo-palestiniano, o Irão, o Iraque, o Afeganistão e o Paquistão –, a questão nuclear norte-coreana e a «primavera árabe», esta última analisada de forma transversal e exaustiva. Curiosamente, com exceção da Rússia, não há qualquer referência à Europa nem à União Europeia.

A política em relação à China é a contenção. Romney acredita que a China pretende alcançar a «hegemonia regional» e a única maneira de impedir tal ambição é a manutenção de uma forte presença militar dos Estados Unidos no Pacífico. Em concreto, defende a expansão da presença naval norte-americana no Pacífico Ocidental, o fornecimento a Taiwan dos meios militares necessários para dissuadir qualquer ameaça chinesa, a assistência aos países do Pacífico ao nível de sistemas de radares e outras redes de deteção e monitorização de comportamentos agressivos, destacando-se aqui o mar da China. Em paralelo, Washington deve reforçar a aliança com parceiros estratégicos na região, sobretudo com a Índia, e construir laços mais fortes com países crescentemente influentes como a Indonésia. No plano económico, é proposta a criação da Reagan Economic Zone na Ásia-Pacífico com o objetivo de codificar os princípios do mercado aberto. Indo mais longe, e, como já foi referido, o republicano defende a promoção da democracia em Pequim através do apoio a dissidentes e grupos da sociedade civil defensores de reformas democráticas, do combate à corrupção, da liberdade religiosa e dos direitos das mulheres²⁷.

Já a Rússia é vista como «uma força desestabilizadora do mundo que tem de ser moderada». Ainda que não se perceba totalmente o que isto quer dizer, não há dúvidas de que a posição de Romney relativamente a Moscovo é extremamente dura, consistindo no que chama de estratégia «Reset The Reset», isto é, uma orientação que passa por acabar com a *reset policy* de Obama e em todas as suas componentes. Desde logo, na questão considerada prioritária do armamento nuclear, revendo o Tratado New Start pois, para o republicano, este, tal como está feito, permite aos russos expandir o seu arsenal enquanto os americanos são obrigados a reduzi-lo. Depois, voltando a reforçar as relações com os países da antiga URSS, nomeadamente na Ásia Central, o que passa inclusive pelo treino militar e fornecimento de armamento. Finalmente, apoiando os líderes das organizações da sociedade civil que defendem a democracia, a liberdade económica e a luta contra a corrupção²⁸.

O Médio Oriente é outra grande prioridade para Mitt Romney. Em primeiro lugar, o conflito israelo-palestiniano, sendo aqui a orientação de apoio total a Israel, com

garantias reforçadas ao nível da sua segurança e um endurecimento da posição em relação à Autoridade Palestiniana, com a ameaça de redução da ajuda económica caso ela continue a tentar o reconhecimento do Estado palestino nas Nações Unidas ou forme um governo com o Hamas. Em segundo lugar, o Irão, defendendo o republicanismo que a ação militar deve permanecer como uma opção séria e credibilizada não apenas por palavras, mas também por ações concretas, tais como o restabelecimento da presença regular de porta-aviões norte-americanos no Mediterrâneo Oriental e no Golfo Pérsico, a realização de mais exercícios navais na região, o incremento da coordenação militar com os aliados árabes e o aumento do fornecimento de armas a Israel. Paralelamente, Romney defende uma quinta fase de sanções direcionadas para o banco central iraniano e para a indústria do petróleo, sendo que, caso tal não seja aprovado pela ONU, os Estados Unidos devem criar uma «coligação de vontades» (um termo adotado pela «doutrina Bush» no contexto da Guerra do Iraque), ou mesmo agir sozinhos. Finalmente, durante um debate das primárias, o candidato defendeu a promoção de uma «mudança de regime» através da adoção de operações secretas de apoio aos dissidentes internos. Em terceiro lugar, o Iraque, com o republicanismo a criticar a decisão de Obama de deixar apenas três mil tropas no país para a missão de treino das Forças Armadas iraquianas e a sugerir apoiar a recomendação dos comandantes militares no terreno de manter entre 14 a 18 mil efetivos em Bagdade. Em quarto e último lugar, o Afeganistão e o Paquistão, com Romney a criticar a Administração Obama por ter fixado 2014 como data de saída e a prometer rever todo o processo de transição, incluindo o prazo de retirada das tropas²⁹.

Em relação à Coreia do Norte, Mitt Romney considera-a um «Estado-pária» (em rigor, ele utiliza o conceito de «Nação-pária») e rejeita o que chama de «cooperação ilusória», numa referência ao acordo «alimentos pelo nuclear» recentemente negociado entre Washington e Pyongyang. Em vez disso, o republicanismo defende um endurecimento das sanções ao país, incluindo nelas as instituições financeiras e as empresas que têm negócios com o regime norte-coreano, e o reforço da cooperação militar com os aliados da América na região, com destaque para a Coreia do Sul e o Japão. E, sem especificar, Romney promete persuadir a China a comprometer-se com o desarmamento da Coreia do Norte³⁰.

Não por acaso, o documento *An American Century* dedica uma grande parte à «primavera árabe», considerado o acontecimento mais importante no mundo árabe desde o colapso do Império Otomano. Mitt Romney utiliza este desenvolvimento para criticar a estratégia «Leading from behind» do atual Presidente – também conhecida como «doutrina Obama» –, e que, embora se aplicasse especificamente ao papel dos Estados Unidos no caso da Líbia, acabou por simbolizar o baixo perfil seguido também no Egito, Tunísia e Síria. O candidato republicano compromete-se a adotar uma estratégia que pode ser chamada de «Leading from the front», apoiando diretamente os grupos que defendem a democracia e uma sociedade aberta, prometendo organizar uma cimeira com vários líderes e organizações mundiais para angariar fundos para as forças democráticas. Mas a posição

mais dura neste âmbito é dedicada ao caso da Síria, cujo líder é considerado «um ditador sem escrúpulos, um assassino e uma marioneta do Irão», devendo os Estados Unidos adotar uma estratégia de «isolamento e pressão» sobre o regime de Bashar al-Assad, seja através de sanções que cortem as suas fontes de financiamento, seja trabalhando com a Arábia Saudita e a Turquia para levar os militares sírios a romper com o regime, seja através do apoio às forças da oposição na Síria³¹.


Como escreveu Robert W. Merry na revista *The National Interest*, durante as primárias, Mitt Romney tem sido um «neoconservador fervoroso» e um defensor da grande estratégia de *global dominance* ou *global hegemony*³². Como vimos, em muitos casos as posições de Romney estão mesmo muito próximas das do primeiro mandato de George W. Bush, ficando, porém, a dúvida de se tal resulta de uma visão neoconservadora das relações internacionais ou apenas da necessidade de ganhar a nomeação republicana.

CONCLUSÃO

Tal como acontece na política interna, o debate em torno da grande estratégia dos Estados Unidos está polarizado, com Barack Obama a parecer defender um regresso ao *offshore balancing* e Mitt Romney a optar pela continuação da *global dominance* ou *global hegemony*.

Na base destas duas visões contrárias está a avaliação diferente acerca da evolução do sistema internacional, com destaque especial para a forma como os dois candidatos percecionam a questão do declínio do poder norte-americano, com Obama mais próximo do pensamento de autores como Christopher Layne e Michael Mandelbaum e com Mitt Romney a alinhar pela perspectiva de Robert Kagan.

Todavia, o facto de estarmos numa fase de transição, que tanto pode levar à continuação da unipolaridade como à bipolaridade (Estados Unidos-China) ou à multipolaridade, impede os candidatos às eleições de 2012 de adotarem fórmulas rígidas ou definitivas. Essa flexibilidade estratégica é particularmente visível em Obama, não sendo porém alheio a isso o facto de não ter tido de disputar as primárias.

Importa ainda sublinhar que em ambos os casos se defende a continuação da liderança mundial dos Estados Unidos, estando a diferença mais na forma de conseguir esse objetivo central do que no resultado final a obter. 

- 1** KAGAN, Robert – «Not fade away. The myth of American decline». In *The New Republic*, 11 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.tnr.com/article/politics/magazine/99521/america-world-power-declinism>; LAYNE, Christopher – «The [almost] triumph of offshore balancing». In *The National Interest*, 27 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://nationalinterest.org/commentary/almost-triumph-offshore-balancing6405>. Importa destacar que Kagan é um dos conselheiros de Mitt Romney para a política externa e que Layne, não estando formalmente ligado a Barack Obama, tem procurado influenciar a sua política externa e de segurança.
- 2** ZAKARIA, Fareed – *The Post-American World*. 2.ª edição. Nova York: W.W. Norton & Company, 2011; MANDELBAUM, Michael – *The Frugal Superpower. America's Global Leadership in a Cash-Strapped Era*. Nova York: Public Affairs, 2010; LAYNE, Christopher – *The Peace of Illusions. American Grand Strategy from 1940 to the Present*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.
- 3** Uma das melhores e mais acessíveis sínteses sobre o declínio económico dos Estados Unidos pode ser encontrada em MANDELBAUM, Michael – *The Frugal Superpower. America's Global Leadership in a Cash-Strapped Era*.
- 4** A melhor análise sobre a «ascensão do resto» pode ser vista em ZAKARIA, Fareed – *The Post-American World*. Para a parte dos gastos em defesa ver, em especial, o *Year Book 2011*, do *Stockholm International Peace Research Institute*, em <http://www.sipri.org/>
- 5** KAGAN, Robert – «Not fade away. The myth of American decline». Como é tradição nos Estados Unidos, o texto de Robert Kagan acabou por ser publicado em livro: KAGAN, Robert – *The World America Made*. Nova York: Alfred A. Knopf, 2012.
- 6** NYE, Joseph – *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova York: Public Affairs, 2005.
- 7** Sobre a questão da transição de poder no sistema internacional ver também: BRZEZINSKI, Zbigniew – *Strategic Vision. America and the Crisis of Global Power*. Nova York: Basic Books, 2012; KUPCHAN, Charles A. – *No One's World. The West, the Rising Rest, and the Coming Global Turn*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- 8** LAYNE, Christopher – *The Peace of Illusions. American Grand Strategy from 1940 to the Present*, pp. 19-22.
- 9** MEARSHEIMER, John – «Imperial by design». In *The National Interest*, 16 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://nationalinterest.org/article/imperial-by-design4576?page=show>. Optámos por referir os conceitos no original por não existir um equivalente concetual em português para alguns deles.
- 10** *George Washington's Farewell Address*. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/washington.asp
- 11** A este respeito, ver, por exemplo, KISSINGER, Henry – *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 1994, pp. 188-211.
- 12** MEAD, Walter Russel – «The Tea Party and American Foreign Policy. What populism means for globalism». In *Foreign Affairs*, março-abril de 2011, pp. 28-44.
- 13** Para a tese de Christopher Layne, ver *The Peace of Illusions. American Grand Strategy from 1940 to the Present*.
- 14** Sobre a estratégia do alargamento ver: LAKE, Anthony, «From containment to enlargement». Disponível em: http://www.disam.dsca.mil/pubs/Vol%2016_2/Lake.pdf
- 15** Para os anos de Bill Clinton, ver, em especial, CHOLLET, Derek, e GOLDBEIER, James – *America Between the Wars, From 11/9 to 9/11*. Nova York: Public Affairs Books, 2008. O início da intervenção na Somália ocorreu ainda durante a Administração George Bush pai, mas prolongou-se para os anos de Bill Clinton, tendo mesmo sido alargado o âmbito da operação militar.
- 16** Para os anos de George W. Bush, ver, em especial DAALDEER, Ivo, e LINDSAY, James – *America Unbound. The Bush Revolution in Foreign Policy*. Washington DC: Brookings Institution Press, 2003. A «doutrina Bush» pode ser consultada em <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/>.
- 17** CLINTON, Hillary – «The America's Pacific Century». In *Foreign Policy*, novembro de 2011. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century.
- 18** O artigo é composto por 16 páginas, dedica 14 à Ásia-Pacífico, apenas duas às restantes regiões ou países e quatro linhas à Europa.
- 19** O texto do Tratado New Start pode ser consultado em <http://www.state.gov/documents/organization/140035.pdf>.
- 20** INDYK, Martin S., LIEBERTHAL, Kenneth G., e O'HANLON, Michael E. – «Scoring Obama's foreign policy. A progressive pragmatist tries to Bend history». In *Foreign Affairs*. Vol. 91, N.º 3, maio-junho de 2012, pp. 29-43. Estes autores publicaram muito recentemente um dos melhores livros sobre a política externa de Barack Obama: *Bending History: Barack Obama's Foreign Policy*. Washington DC: Brookings Institution Press, 2012.
- 21** Na conceção norte-americana o Médio Oriente estende-se do Magrebe ao Afeganistão e ao Paquistão.
- 22** INDYK, Martin S., LIEBERTHAL, Kenneth G., e O'HANLON, Michael E. – «Scoring Obama's foreign policy. A progressive pragmatist tries to Bend history». pp. 29-43.
- 23** *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*, Department of Defense, janeiro de 2012, http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf
- 24** LAYNE, Christopher – «The [almost] triumph of offshore balancing».
- 25** INDYK, Martin S., LIEBERTHAL, Kenneth G., e O'HANLON, Michael E. – «Scoring Obama's foreign policy. A progressive pragmatist tries to Bend history». pp. 30 e 42.
- 26** *An American Century: A Strategy to Secure America's Enduring Interests and Ideals*. A Romney for President White Paper, 7 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.mittromney.com/blogs/mitts-view/2011/10/american-century-strategy-secure-americas-enduring-interests-and-ideals>.
- 27** Para a síntese das posições de Romney sobre a China ver também: «The candidates on U.S. policy toward China». In *Council on Foreign Relations*. Disponível em: <http://www.cfr.org/us-election2012/candidates-us-policy-towards-china/p26883>.
- 28** A respeito da Rússia ver também «The candidates on US-Russia relations». In *Council on Foreign Relations*. Disponível em: <http://www.cfr.org/united-states/candidates-us-russia-relations/p27283>.
- 29** A respeito do Irão ver também: «The candidates on US-Iran policy». In *Council on Foreign Relations*. Disponível em: <http://www.cfr.org/iran/candidates-us-iran-policy/p26798>.
- 30** «The candidates on North Korea». In *Council on Foreign Relations*. Disponível em: <http://www.cfr.org/us-election2012/candidates-norte-korea/p26861>.
- 31** *An American Century: A Strategy to Secure America's Enduring Interests and Ideals*.
- 32** MERRY, Robert W. – «Predicting Romney's foreign policy». In *The National Interest*, 2 de abril de 2012. Disponível em: <http://nationalinterest.org/commentary/predicting-romney%27s-foreign-policy6691>.